

**O LIVRO DIDÁTICO COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO
SOCIAL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-9:
LIMITES E POSSIBILIDADES**

Bianca Corrêa Lessa Manoel (UNESA e
Prof. de Queimados e Nova Iguaçu)

bia.lessa@gmail.com

Patrícia Jerônimo Sobrinho (SEEDUC-RJ)

professoremacao@gmail.com

Márcio Luiz Corrêa Vilaça (UNIGRANRIO)

professorvilaca@gmail.com

RESUMO

A pandemia da Covid-19 modificou significativamente os modos de vida e de comunicação em um contexto mundial e impactou diretamente todos os setores da sociedade, incluindo o educacional. Da noite para o dia, diferentes instituições educacionais brasileiras – da Educação Infantil ao Ensino Superior – foram obrigadas a fechar suas portas e adequar-se a uma nova realidade que se apresentava: o ensino remoto. Contudo, como adequar uma rotina já consolidada a um contexto educacional completamente diferente, associando recursos digitais aos materiais didáticos já disponíveis nas escolas e universidades? Várias instituições buscaram implementar ferramentas tecnológicas que possibilitassem trabalhar os conteúdos remotamente ou a distância com os estudantes, porém, na prática, esta estratégia não contemplava a totalidade do público-alvo a que se destinava e excluía grande parte dos estudantes sem acesso à tecnologia, obrigando as instituições a repensar e a buscar outras possibilidades que pudessem contemplar os alunos sem acesso à internet e os assegurasse o direito universal à educação. Mais uma vez o livro didático assumiu um papel primordial diante do caos educacional que se instaurou, representando uma ferramenta pedagógica fundamental utilizada pelos docentes como uma forma de acesso ao conhecimento e a um suporte textual importante para o desenvolvimento de atividades não presenciais durante a pandemia. Diante do exposto, neste trabalho, busca-se uma reflexão acerca da importância do livro didático como suporte textual e também como ferramenta de inclusão social durante a pandemia, ratificando sua relevância enquanto instrumento que representa uma das políticas públicas mais antigas do país e que se encontra ameaçada.

Palavras-chave:

Ensino remoto. Inclusão social. Livros didáticos.

ABSTRACT

The Covid-19 pandemic significantly changed way so flife and communication in a global contextand directly impacted all sectors of society, including education. Overnight, different Brazilian educational institutions – from Kindergarten to Higher Education – were forced to close their doors and adapt to a new reality that presented itself: remotel earning. However, how to adapt an already consolidated routine to a completely different educational context, associating digital resources with teaching

materials already available in schools and universities? Several institutions sought to implement technological tools that made it possible to work the contents remotely oral a distance with students, however, in practice, this strategy didnot cover the entire target audience for whom it was intended and excluded a large part of students without access to technology, forcing institutions to rethink and seek other possibilities that could contemplate students without access to the internet and guarantee them the universal right to education. Once again, the textbook assumed a primordial role in the face of the educational chaos that was established, representing a fundamental pedagogical tool used by teachers as a way of accessing knowledge and an important textual support for the development of non-presential activities during the pandemic. Given the above discussion, this work seek store flecton the importance of the textbook as a textual support and also as a tool for social inclusion during the pandemic, confirming its relevance as an instrument that represents one of the oldest public policies in the country and finds threatened.

Keywords:

Remote learning, textbooks, socialinclusion.

1. Introdução

A extensão planetária da pandemia de Covid-19 e o isolamento social obrigatório como principal medida preventiva colocaram os sistemas educativos, da maioria dos países do mundo, diante de uma situação inédita na história educacional: o ensino remoto emergencial, no qual as aulas eram dadas e assistidas de casa. As residências se transformaram em salas de aula.

Na Educação Básica, escolas, professores e famílias se reinventaram, em um contexto altamente complexo, a fim de garantir as atividades educacionais de forma a proporcionar a aprendizagem de crianças e adolescentes.

Frente a essa condição, os Estados desenvolveram diferentes estratégias para sustentar o que chamaram de continuidade pedagógica, ou seja, a continuidade do vínculo entre estudantes, escolas e aprendizagens. Dentre as iniciativas, destacaram-se as plataformas digitais com conteúdos educativos e recursos para professores, estudantes e famílias; a televisão, um meio de comunicação com um maior alcance, permitindo alcançar alunos em distintas regiões; e os livros didáticos para estudantes sem conectividade.

O livro didático representa uma das tecnologias fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem, como apontam as próprias Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: “As tecnologias da informação e comunicação constituem uma parte de um contínuo desen-

volvimento de tecnologias, a começar pelo giz e os livros, todos podendo apoiar e enriquecer as aprendizagens.” (BRASIL, 2013, p. 25). Ou seja, o livro é também uma tecnologia.

O cenário de emergência sanitária evidenciou disparidades substanciais quanto ao acesso à conectividade e à disponibilidade de plataformas e dispositivos digitais, e o livro didático constituiu-se em uma importante ferramenta de apoio a professores, família e estudantes. De acordo com Artuso, Silva e Suero (2020, p. 180), “cada escola tem suas carências, necessidades e expectativas quanto à tecnologia, mas o uso de uma tecnologia já existente, como o livro didático, pode servir para minorar parte dessas carências e necessidades”, assegurando que estudantes possam ter acesso a um material mínimo para seus estudos.

Assim, os livros didáticos são um insumo indispensável na busca por uma maior igualdade e equidade educacional. Na pandemia, isso ficou mais claro ainda. Eles, às vezes, eram o único recurso que os alunos de escola pública dispunham para refletir e adquirir conhecimento. Logo, professores - perante a ausência de conectividade e acesso restrito ou inexistente a suportes digitais nos lares dos estudantes - utilizaram os livros didáticos para explicar conteúdo, propor atividades, realizar práticas de leitura e pesquisa.

Tendo em vista esse cenário, neste trabalho, busca-se tecer uma reflexão acerca da importância do livro didático como suporte textual e também como ferramenta de inclusão social durante a pandemia, ratificando sua relevância enquanto instrumento que representa uma das políticas públicas mais antigas do país e que se encontra ameaçada.

2. Livro didático: um direito social e um veículo de equidade

Os livros didáticos encontram-se presentes em praticamente todas as instituições públicas e privadas do país, sendo uma importante ferramenta pedagógica utilizada pelos docentes em todas as áreas do conhecimento, ocupando lugar de destaque também entre as atuais e uma das mais antigas políticas públicas no Brasil.

De forma simplificada, o livro didático pode ser compreendido como uma obra escrita ou digital organizada e distribuída para fins escolares e atualmente também encontra-se presente no contexto da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e, que, segundo o MEC, visa a formar indivíduos críticos, criativos e preparados para os desafios da

sociedade contemporânea, em profundas transformações (FNDE, 2017).

Para Batista e Galvão (2009, p. 14), há uma dificuldade em estabelecer um marco para o surgimento dos livros escolares no Brasil, visto que “(...) sua história não seria senão a expressão das políticas a ele dirigidas, e elas mesmas, por sua vez, nada mais seriam que a expressão de uma outra história, a das mudanças estruturais político-econômicas da sociedade brasileira como um todo”.

De acordo com Mattos (2012), a trajetória dos livros didáticos no Brasil é marcada por três momentos: no século XIX, com a criação de uma comissão de instrução pública, que se propunha a criar obras que promovessem a construção de uma identidade nacional através da educação; a segunda, no século XX, com a implantação do Estado Novo que propunha a criação de comissões nacionais para análise dos livros didáticos e projetos que visavam à formação cultural do povo brasileiro; e a terceira fase em 1985, já no final do governo militar com criação do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), que ao longo do tempo vem passando por diversas modificações.

Embora o PNLD seja considerado uma das políticas públicas mais importantes e antigas no país, sua trajetória constituiu-se de forma extremamente instável e fragilizada, sendo realmente estabelecida há pouco mais de 20 anos, com a ampliação do atendimento para toda a Educação Básica, aumento dos recursos e a preocupação com o expansão para modalidades como a EJA, Educação do Campo e a Educação Especial e chamando a atenção da inclusão do Ensino Médio apenas no ano de 2005, há pouco mais de 14 anos.

Recentemente, o programa apresentou mudanças relacionadas ao processo de escolha, avaliação e critérios de aprovação a partir do Decreto nº 9099, de 18 de julho de 2017 (Cf. BRASIL, 2017), em que, assim como a implementação da BNCC e a reforma do Ensino Médio, foi imposto aos sistemas de ensino sem que houvesse uma discussão aprofundada com Universidades, pesquisadores, professores e demais atores e interessados no processo de escolha, diminuindo, portanto, a participação de setores da sociedade na garantia dos processos democráticos e de transparência deste processo.

Os artigos, 8, 11 e 12 do Decreto nº 9099 (BRASIL, 2017) trazem informações relevantes acerca das etapas para avaliação, composição e análise das obras pela comissão técnica instituída pelo Ministério da Educação, representando uma ação centralizadora e um retrocesso para as

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

conquistas antes estabelecidas pela participação do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e de outros setores envolvidos no PNLD:

Art. 12. A escolha dos integrantes de cada comissão técnica será feita pelo Ministro de Estado da Educação, a partir da indicação das seguintes instituições:

- I – Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação;
- II – Conselho Nacional de Secretários de Educação;
- III – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação;
- IV – União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação;
- V – Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação;
- VI – Conselho Nacional de Educação
- VII – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior;
- VIII – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
- IX – Entidades da sociedade civil escolhidas pelo Ministério da Educação para elaboração das listas tríplices do Conselho Nacional de Educação, conforme o disposto no Decreto nº 3.295, de 15 de dezembro de 1999.

§ 1º O Ministro de Estado da Educação poderá solicitar indicações de outras instituições para a escolha dos integrantes de que trata o caput. (...)

Essa alteração, trazendo a possibilidade de indicação de outras instituições, inclusive fundações para a composição da comissão técnica, pode prejudicar de maneira substancial a autonomia e transparência no processo de avaliação, composição e análise dos livros didáticos, visto que pode estar mais sujeito ao interesse comercial de grupos minoritários e representa um risco de retrocesso de conquistas históricas em relação ao PNLD.

A participação de Universidades e professores da Educação Básica neste processo representou conquistas importantes, como a obrigatoriedade em abordar temáticas antes silenciadas nos livros didáticos – como inclusão da história dos povos originários, da influência e cultura negra para a construção da história do Brasil, entre outras –, sendo fruto de discussões e pesquisas construídas nas próprias Universidades, discussões tão fundamentais para o contexto da atualidade.

Infelizmente o PNLD, por ser tratar de uma política pública que passa a depender quase que exclusivamente da indicação do Ministério da Educação, pode sofrer influências de grupos que consideram tais conquistas como ideologias supostamente propagadas pelos livros didáticos.

De acordo com Rojo (2009, p. 28), programas como o PNLD e PNBE, acompanhados de outros como o Bolsa Família, Programa Universidade para Todos (PROUNI) e demais ações afirmativas desenvolvidas para negros e estudantes de baixa renda, são mecanismos significativos para garantir o acesso, como também a permanência dos estudantes não apenas na Educação Básica, mas também no Ensino Superior, que embora tenham diminuído os processos de exclusão e de fracasso escolar nos últimos anos, ainda têm muito a melhorar.

Convém ressaltar que, no Brasil, embora as produções literárias tenham aumentado de forma significativa, promovendo o acesso a diversidade de obras literárias, esta política ainda não foi universalizada. Ainda que tal política tenha sido ampliada de maneira significativa nos últimos dezesseis anos, com o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE/2010) e o PNLD literário (2018) para a seleção e distribuição de obras paradidáticas aos estudantes.

Infelizmente, este modelo de programa (e outros) está fortemente ameaçado por algumas propostas de mudanças que vêm sendo discutidas pelo atual governo brasileiro, prevendo a revisão de conceitos historicamente construídos (como a ditadura militar), a revisão das metodologias em relação ao ensino, a censura quanto ao trabalho com temas extremamente importantes na atualidade (como a violência contra a mulher, contra a comunidade LGBTQI+, por exemplo) sob o pretexto de serem assuntos voltados a questões ideológicas e a políticas.

Em uma recente entrevista concedida à Revista Nova Escola, a pesquisadora Magda Soares (2019), referência em alfabetização e letramento no Brasil, afirma que as ideias propostas pelo atual governo representam um retrocesso de mais de 50 anos de conquistas históricas para o país, entre elas a importância do desenvolvimento da reflexão crítica:

Estou com 86 anos e entrei na educação quando estava com menos de 20 anos. Estou pelejando há décadas. Já passei por várias fases, mas nunca nesse tempo todo- e olha que eu, como aluna, vivi o Estado Novo e passei, já como professora, pela ditadura-e nunca vi um período tão assustador como esse de agora na educação. (SOARES, 2019, [s.p.])

Com isso, não se pretende defender a atual configuração do PNLD como perfeita ou imutável, visto que toda política pública necessita de revisão, é passível de erros e precisa de adequação. Porém, é inegável o reconhecimento dos avanços deste programa nos últimos anos visando a oportunizar a distribuição de obras didáticas, a preocupação com a inclusão, o respeito à diversidade e o acesso ao conhecimento a partir do

reconhecimento das diferentes linguagens e da pluralidade de ideias.

Ao traçar um panorama acerca da implementação do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), considerada uma das políticas públicas educacionais mais antigas do país, observa-se a importância dos livros didáticos enquanto instrumento presente em praticamente todas as escolas públicas e privadas brasileiras, ratificando sua relevância como material de apoio pedagógico tanto para o professor quanto para o aluno e que se mostrou de extrema relevância durante o período pandêmico.

3. *O livro didático como instrumento de inclusão social durante a pandemia da COVID-19*

A falta de acesso à internet durante a implementação do ensino emergencial obrigou os sistemas de ensino a buscar alternativas que alcançassem os alunos sem acesso às mídias sociais, garantindo os objetivos e os direitos de aprendizagem.

Neste sentido, o Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP nº 5, de 28 de abril de 2020, revisado pelo CNE/CP nº 9/2020) versou sobre a reorganização do calendário escolar e a possibilidade de propostas de atividades não presenciais (síncronas ou assíncronas) para cômputo da carga mínima anual em razão da pandemia, contudo, com um olhar diferenciado para as desigualdades sociais existentes no país:

Sob este aspecto, é importante considerar as fragilidades e desigualdades estruturais da sociedade brasileira que agravam o cenário decorrente da pandemia em nosso país, em particular na educação, se observarmos as diferenças de proficiência, alfabetização e taxa líquida de matrícula relacionados a fatores socioeconômicos e étnico-raciais. Também, como parte desta desigualdade estrutural, cabe registrar as diferenças existentes em relação às condições de acesso ao mundo digital por parte dos estudantes e de suas famílias. Além disso, é relevante observar as consequências socioeconômicas que resultarão dos impactos da COVID-19 na economia como, por exemplo, aumento da taxa de desemprego e redução da renda familiar. Todos estes aspectos demandam um olhar cuidadoso para as propostas de garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem neste momento a fim de minimizar os impactos da pandemia na educação. (BRASIL, 2020, p. 5)

No Parecer, reexaminado e reavaliado periodicamente visto a duração do período pandêmico, foram discutidos diversos aspectos, entre eles: a possibilidade de implementação do ensino remoto emergencial por meio de plataformas digitais, a possibilidade de implementação da

modalidade a distância (EAD), a viabilidade de organização de material impresso e distribuição para os estudantes sem acesso à internet, os impactos da pandemia a médio e longo prazos para os estudantes de todos os níveis de ensino em todo Brasil, os riscos de não cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, 2021 e possivelmente do ano de 2022, entre outras questões relevantes.

Considerando o Parecer, os sistemas de ensino e as Universidades buscaram discutir e implementar plataformas digitais e até mesmo propor o uso de aplicativos bastante utilizados no cotidiano, como por exemplo, o *WhatsApp*, a fim de alcançar os estudantes e propor atividades durante a suspensão das atividades presenciais:

Assim sendo, as atividades pedagógicas não presenciais podem acontecer por meios digitais (videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, blogs, entre outros); por meio de programas de televisão ou rádio; pela adoção de material didático impresso com orientações pedagógicas distribuído aos alunos e seus pais ou responsáveis; e pela orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos. A comunicação é essencial neste processo, assim como a elaboração de guias de orientação das rotinas de atividades educacionais não presenciais para orientar famílias e estudantes, sob a supervisão de professores e dirigentes escolares. (BRASIL, 2020, p. 11)

Assim, os livros didáticos constituíram uma das alternativas para a realização das atividades não presenciais a fim de viabilizar o acesso ao conhecimento e possibilitar propostas de atividades assíncronas.

Para Vilaça e Nelken (2012), os livros didáticos são um importante instrumento de apoio ao trabalho do professor e um suporte de diferentes gêneros textuais para o aluno, configurando-se como um “aliado” e, muitas vezes, um “vilão” no desenvolvimento da prática docente, sendo imprescindível sua avaliação enquanto recurso didático de modo a atender objetivos específicos em relação ao ensino de língua(gem).

Ainda nos dias atuais é recorrente no discurso educacional a afirmação de que os livros didáticos não são adequados ao público-alvo, principalmente quando se trata do contexto das escolas públicas, já que nas instituições privadas quase sempre existe uma “cobrança” da equipe pedagógica e dos próprios responsáveis pela utilização integral dos livros didáticos justificando o investimento realizado e a necessidade de uso da obra, o que não representa um ensino “qualificado” por este motivo. São muitas questões envolvendo as diferenças entre o ensino público e o privado, contudo, o livro didático foi o principal “aliado” do professor du-

rante o período pandêmico.

Araújo (2012) ressalta a importância do livro didático enquanto recurso pedagógico, mas salienta a relevância do professor enquanto agente mediador do processo ensino-aprendizagem:

[...] é importante que o professor saiba lidar com o livro didático, passando a ser o condutor ou controlador e o utilizando como recurso pedagógico de forma crítica. Por outro lado, ao se esperar que o professor utilize o livro didático como um “pacote” pronto, ele passa a ser visto como um usuário, deixando de lado o papel de analista e desenvolvedor. (ARAÚJO, 2012, p. 48)

De acordo com reflexões estabelecidas por Jurado e Rojo (2006), em relação aos livros didáticos, as autoras afirmam que estes representam o “instrumento de letramento mais presente na escola brasileira”, relacionando as fragilidades leitoras – diagnosticadas em avaliações institucionalizadas no país – às práticas desenvolvidas com alunos egressos do Ensino Médio: “ao analisar o processo de escolarização (ou pedagogização) que sofrem os textos destinados à leitura nos livros didáticos, será possível conhecer algumas propostas de práticas de leitura que circulam no espaço escolar” (JURADO; ROJO, 2006, p. 45) e que conseqüentemente influenciam nos letramentos desses estudantes.

Kleiman (2008) destaca que o contexto escolar não tem favorecido a evolução efetiva de objetivos específicos relacionados ao desenvolvimento da linguagem, já que as atividades de leitura e escrita presentes nos livros didáticos muitas vezes acabam sendo “difusas e confusas” e, outras vezes, utilizadas “apenas em um pretexto para cópias, resumos, análise sintática, e outras tarefas do ensino de língua”. Esse tipo de atividade “desmotiva e não conduz à aprendizagem”, reproduzindo padrões do passado, o que se tornou um desafio frente ao período pandêmico, já que os estudantes foram apenas direcionados a realizar de forma autônoma as atividades propostas.

Considerando que as atividades cotidianas envolvem diferentes práticas sociais de uso da leitura e da escrita, seja em casa, no trabalho, nos espaços religiosos, entre amigos, entre outros, o desenvolvimento da linguagem não deveria constituir-se como uma atividade exclusivamente escolar; contudo, os espaços escolares têm sido considerados os “locais privilegiados” para o desenvolvimento da linguagem, cabendo quase que exclusivamente ao professor de Língua Portuguesa esta tarefa, como se o desenvolvimento da linguagem acontecesse com uma atividade extemporânea à sociedade:

A linguagem escrita na escola necessita articular-se a tudo isso, precisa estar em movimento, a serviço da aprendizagem e da reflexão sobre o mundo e sobre o lugar dos estudantes neste mundo, de servir para que possam se movimentar com mais autonomia diante dos desafios e visões sobre si mesmos e sobre os que os cerca. (SOUZA; CORTI; MENDONÇA, 2012, p. 36)

O desenvolvimento da leitura e da escrita também pressupõe a reflexão crítica do estudante. Em um contexto social em que assuntos relevantes são discutidos e a troca de informações acontece de forma cada vez mais acelerada, a escola deve ser um espaço privilegiado de discussão, preparando o estudante para os desafios da sociedade, retomando a ideia de “formar leitores competentes” não apenas no contexto escolar, mas principalmente para as práticas sociais de leitura e escrita que demandam a sociedade contemporânea.

Freire (2005), há muitas décadas, já apontava a “importância do ato de ler”, como um ato político e de profunda importância social, considerando-o como um instrumento de autonomia e conquista da liberdade desenvolvido não pela leitura mecânica ou pela quantidade de páginas lidas, mas pela compreensão e aplicabilidade do conteúdo proposto.

Para o autor, a leitura é uma forma de empoderamento, ou seja, uma atividade “libertadora e de poder” (FREIRE, 2005), pois o indivíduo que está inserido no universo da leitura torna-se mais crítico da realidade que o cerca e faz uso das diferentes práticas discursivas a que está exposto diariamente, questões que ratificáveis a partir de práticas desenvolvidas em consonância com o trabalho pautado nos livros didáticos.

Assim, o ato de ler representa uma forma de inclusão e exercício da cidadania à medida que propicia ao indivíduo libertar-se da situação e do controle social que, muitas vezes, implicitamente ele está inserido. E, nesse cenário, o livro didático também é capaz de contribuir para a inclusão, uma vez que permite ao aluno vivenciar experiências que promovam conhecimentos importantes para a sua prática de leitura e escrita.

Ele é um recurso fundamental não apenas para a construção do conhecimento escolar, mas

[...] para o aprimoramento da ética, imprescindível ao convívio social e à construção da cidadania [...] em despertar no aluno a prática participativa, a sociabilidade, a consciência política, enfim, a cidadania, entendida em seu sentido mais amplo. (BEZERRA; LUCA, 2006, p. 37)

O livro didático, às vezes, é o primeiro contato que o educando tem com a leitura e que, com o ambiente familiar e a escola, estimula o

indivíduo a ler e, em consequência, a crescer pessoal e intelectualmente, desenvolvendo sua cidadania, problematizando informações, fomentando a consciência crítica a partir do lugar onde vive, enfim, tornando-se um leitor competente. Um leitor competente é aquele que não apenas identifica informações explícitas, encontradas na superfície do texto, mas aquele que lê e compreende o “conteúdo” trabalhado de forma a identificar as informações implícitas e a partir deste contexto, para utilizá-las em práticas sociais significativas, em que o professor assume fundamental importância ao desenvolver essa dinâmica de trabalho.

Nesse sentido, apesar da grande variedade de recursos disponíveis no mercado, o livro didático segue sendo imprescindível para o alcance dos objetivos e direito de aprendizagem em um período tão adverso da história do país e do mundo. Ele, muitas vezes, é o único material acessível aos estudantes que não possuem internet, ou recursos financeiros para a compra de livros, ou outro material informativo, conforme observou-se durante os anos de 2019 e 2020.

Durante a emergência sanitária, foram distintas as utilizações do livro didático: fonte de conteúdos; fonte de exercícios; fonte de perguntas e exercícios de avaliação; fonte de pesquisa, ratificando a sua importância como instrumento de inclusão e de equidade para os estudantes sem acesso à internet. Essa situação pandêmica trouxe à tona a relevância em discutir sobre a necessidade de implementação de políticas públicas que promovam a inclusão de todos os estudantes aos sistemas de ensino, diminuindo as desigualdades no sistema educacional brasileiro.

Caso se entenda que, com o uso, o livro didático se torna um novo “texto”, o resultado é uma variedade imensa de articulações e acréscimos que permitem ao educando desenvolver-se diante de suas fragilidades em relação à impossibilidade de acesso aos recursos digitais.

4. Considerações finais

A pandemia não apenas gerou transtornos sanitários e econômicos, mas também educacionais, posto que evidenciou e aprofundou as lacunas de aprendizagem existentes em matéria de iniquidade e acesso. Essas lacunas migraram da escola física para o digital, deixando visível uma enorme brecha digital constituída pela falta de acesso à conectividade e aos dispositivos digitais por parte dos estudantes.

Isso levou professores a usarem recursos disponíveis para propici-

ar a aprendizagem dos educandos no contexto atual. Um desses recursos foi o livro didático – a única tecnologia real e acessível a todos os estudantes, possibilitando aos professores darem continuidade ao processo educativo de acordo com as necessidades dos alunos, os contextos e os problemas decorrentes da desigualdade de condições materiais para o estudo em casa.

O livro didático não é somente parte da história da educação, mas também um objeto de compreensão do contexto político-histórico-social do país e uma fonte de registro, visto que em diferentes períodos históricos pode-se verificar a preocupação e o envolvimento dos diferentes “governos” na elaboração e avaliação das obras e que, infelizmente, têm sido alvo de críticas nos últimos anos – embora seja um material de apoio extremamente importante para estudantes e professores em diferentes contextos.

Convém ressaltar ainda que o livro didático é escrito, concebido e produzido especificamente para a utilização no ensino. Porém, nem o livro nem as plataformas e ferramentas digitais podem substituir um professor que conhece a arte de orquestrar os recursos disponíveis para oferecer aos estudantes um conteúdo educativo a serviço da sua aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Elaine Vasquez Ferreira de. *Letramento em contexto digital: uma análise de livros didáticos do ensino médio*. Dissertação (Mestrado em Letras e Ciências Humanas) – Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy, 2012.

ARTUSO, A. R.; SILVA, K. V. D.; SUERO, R. Uma discussão do livro didático como tecnologia no campo da ciência, tecnologia e sociedade. *Rev. Tecnol. Soc.*, v. 16, n. 42, p. 171-89, Curitiba, jul/set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/11351>. Acesso em: 19 nov. 2021.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história*. São Paulo: Mercado das Letras, 2009.

BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tânia Regina de. Em busca da Qualidade PNLD – História – 1996 – 2004. In: SPOSITO, M.E.B. (Org).

Livros Didáticos de História e Geografia. Avaliação e Pesquisa. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.

BRASIL. Decreto nº 9099, de 18 de julho de 2017. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Brasília: Presidência da República, 2017b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9099.htm. Acesso em: 23 de abril de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 19 nov. 2021.

BRASIL. PARECER CNE/CP Nº 09/2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-ppc005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 03/11/21.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 46. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

JURADO, Shirley; ROJO, Roxane. A leitura no Ensino Médio: o que dizem os documentos oficiais e o que se faz? IN: BUNZEN, Clécio dos Santos; MENDONÇA, Márcia (Orgs). *Português no Ensino Médio e formação de professores*. São Paulo: Parábola, 2006.

KLEIMAN, Angela. Leitura e prática social no desenvolvimento de competências no Ensino Médio. In: BUNZEN, C. dos S.; MENDONÇA, M. (Orgs). *Português no Ensino Médio e formação de professores*. São Paulo: Parábola, 2006.

MATTOS, Júlia Silveira. Os livros didáticos como produtos para o ensino de História: uma análise do Plano Nacional do Livro Didático- PNLD. *Historia*, v. 3, n. 3, p. 165-84, Rio Grande-RS, 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/3268/1945>. Acesso em: 20 de agosto de 2018.

ROJO, Roxane. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola, 2009.

SOARES, Magda. Vivi o Estado Novo e passei pela ditadura, mas nunca vi um período tão assustador como este na Educação. *Revista Nova Escola*, publicado em 10 de janeiro de 2019. Disponível em:

<https://novaescola.org.br/conteudo/15004/vivi-o-estado-novo-e-passei-pela-ditadura-mas-nunca-vi-um-periodo-tao-assustador-como-este-na-educacao>. Acesso em: 15 de janeiro de 2019.

VILAÇA, Márcio Luiz Corrêa; NELKEN, Lana, Cristina de Oliveira Potocky. O Livro Didático de Língua Estrangeira: História, Avaliação e Importância. *Cadernos do CNLF (CiFEFil)*, v. XVI, p. 950-8, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2012. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xvii_cnlf/cnlf/cnlf_06.htm. Acesso em 20 de janeiro de 2019.

Outra fonte:

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Programa do Livro. 2017. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/legislacao/item/9787-sobre-os-programas-do-livro>. Acesso em 10 de janeiro de 2019.